



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO N°46 | AGOSTO 2023 >>>

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

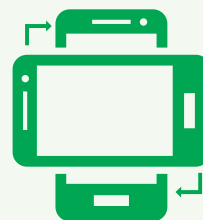
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- BR-319 precisa de mecanismos de conservação imediatos para mitigar impactos ambientais, aponta estudo da WCS Brasil

9 Interior em Foco

- Governança socioambiental para o fortalecimento do protagonismo de povos tradicionais e indígenas em Tapauá, no sul do Amazonas

11 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

16 Diálogos da BR-319

- Povo Apurinã de Tapauá (AM) valida protocolo de consulta

18 Ciência

- FGV lança coletânea de publicações sobre riscos e impactos socioambientais provocados por rodovias na Amazônia

20 Minuto BR



Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Nesta edição, o Observatório BR-319 lança a nota técnica “Enfrentando os desafios da repavimentação da rodovia que atravessa o coração da Amazônia brasileira”, segunda produzida neste ano de 2023.

A publicação foi elaborada pela WCS Brasil e traz uma análise territorial e situacional, acompanhada de recomendações de ações para mitigar os impactos em áreas prioritárias no entorno da rodovia. Estas informações são importantes e podem contribuir com o desenvolvimento de mecanismos de conservação imediatos para mitigar os impactos da repavimentação na área de influência da BR-319. Leia mais e acesse a publicação completa na biblioteca do nosso site.

No Interior em Foco, temos um balanço de ações do projeto Governança Socioambiental Tapauá, que vem fortalecendo organizações de base comunitária no município. Essa ação é muito importante, pois, através dela, populações indígenas e tradicionais podem lutar coletivamente por direitos e, ainda, promover a sociobioeconomia por meio de cadeias de valor. Os primeiros passos já foram dados e, agora, moradores locais já começam a colher os frutos.

A seção Ciência fala sobre um lançamento extremamente relevante do Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV - CeDHE), a “Caixa de Ferramentas: Rodovias

na Amazônia”. Trata-se de uma compilação de publicações com conteúdo conciso e em linguagem acessível para fomentar uma abordagem preventiva sobre riscos e impactos socioambientais decorrentes de rodovias na Amazônia.

Já a seção Diálogos da BR-319 traz atualizações sobre a criação de protocolos de consulta em territórios na área de influência da BR-319, agora do povo Apurinã de Tapauá. Um avanço importante para a consolidação da democracia e do respeito aos direitos deste e outros povos ancestrais.

Por fim, temos a seção monitoramentos, com os últimos dados sobre focos de calor e desmatamento nos 13 municípios, 42 Unidades de Conservação e 69 Terras Indígenas na área de influência da BR-319.

Boa Leitura!

Fernanda Meirelles e Izabel Santos

Secretaria Executiva do Observatório BR-319

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR E DESMATAMENTO



Destaque do Mês



Foto: Michael Dantas/WCS Brasil



BR-319 precisa de mecanismos de conservação imediatos para mitigar impactos ambientais, aponta estudo da WCS Brasil

A reconstrução da rodovia BR-319 vem sendo discutida de forma incessante nos últimos anos.

Por um lado, existe a promessa de que a pavimentação da rodovia trará benefícios socioeconômicos, como a redução de custos de transporte, melhoria da inserção de áreas remotas da região com outros mercados e geração de emprego. Por outro, a reconstrução implica em impactos sociais e ambientais severos, uma vez que aproximadamente 90% da zona de influência direta da rodovia é composta de paisagens naturais florestais ainda íntegras.

Com a emissão da licença prévia (LP) para o trecho do meio, em julho de 2022, a preocupação de especialistas e organizações da sociedade civil com os graves problemas de gestão no processo de licenciamento ambiental cresceu, à medida que também avançam o desmatamento, invasão de terras públicas, conflitos sociais, cri-



Foto: Marcos Amend/WCS Brasil

mes ambientais, violações de direitos e outras ilegalidades na área de influência da rodovia, impactando na vida de diversas comunidades indígenas e não-indígenas que vivem na região.

Pensando neste cenário, a WCS Brasil, em articulação com

as demais organizações que compõem o Observatório BR-319, elaborou um estudo com a análise territorial e situacional, além de recomendações de ações para mitigar os impactos em áreas prioritárias no entorno da rodovia. A nota técnica “Enfrentando os desafios da repavimentação da rodovia que atravessa o coração da Amazônia brasileira” aponta que as obras no trecho do meio podem aumentar o desmatamento na região, uma vez que a rodovia já é um vetor de degradação ambiental sem estar completamente pavimentada. Um modelo de simulação publicado em 2020 mostrou que o projeto de reconstrução da BR-319 “levará ao desmatamento acumulado de 170.000 km² até 2050 – valor quatro vezes maior do que o valor simulado considerando a taxa média histórica de desmatamento dessa região”. Daí a necessidade de desenvolver mecanismos de conservação imediatos para mitigar os impactos na área, defende a publicação.

No estudo, a WCS Brasil fez um zoneamento e identificou 18 potenciais áreas de intervenção no entorno da rodovia BR-319



dentro do Amazonas, levando em conta critérios de importância como floresta e carbono, rede ecológica e dados biológicos, e de urgência, como desmatamento e uso do solo, uso da terra e capacidade, fatores antrópicos (ações exercidas por humanos), posse de terras, pressões e ameaças.

“Dentre as 18 potenciais áreas, priorizamos oito, considerando a estratégia de mitigação proposta, aqui orientada para prevenir e reduzir impactos ambientais indesejados; conter os vetores de avanço do desmatamento em ambos os lados da rodovia; e evitar o crescimento insustentável de novos pólos de desenvolvimento e expansão acelerada de estradas secundárias e ramais rodoviários ilegais”, diz a nota técnica.



Foto: Marcos Amend/WCS Brasil

O estudo parte do entendimento de que os efeitos da repavimentação não se restringem às áreas diretamente acessadas pela rodovia, mas, também atingem uma série de setores sob influência de estradas planejadas que conectam a BR-319 a setores dos municípios no interflúvio entre os rios Madeira e Purus. Essa área inclui Manicoré, Borba, Novo Aripuanã e Tapauá que numa primeira vista supostamente não estariam sendo afetados diretamente pelo traçado da BR-319.

“As estradas existentes e mesmo as que ainda estão apenas projetadas podem causar efeitos ambientais de extremo impacto sobre a região e sua sociobiodiversidade, transformando toda a região da Amazônia Central numa nova frente de expansão do desmatamento, queimadas e degradação de toda ordem, explica o diretor da WCS Brasil, Carlos Durigan.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

As oito áreas prioritárias identificadas pelo estudo localizam-se nos municípios localizados na chamada a área de influência da BR-319 e que compreendem o trecho do meio da rodovia. Elas foram nomeadas trecho do meio 1, 2 e 3, Careiro, Manicoré, Humaitá, Tupana e Lábrea. O estudo avaliou características determinantes para o estabelecimento dos tipos de mecanismos de conservação e ações a serem implementadas nas zonas definidas no mesmo.

Foram mapeadas informações como cobertura do solo, áreas



Foto: Valdemir Cunha / Greenpeace

protegidas existentes, taxa de desmatamento, principal uso da terra e existência de territórios indígenas. Além disso, o estudo apontou mecanismos de conservação aplicáveis, Soluções Baseadas na Natureza (SBN), frentes de ação sugeridas e estratégias de mitigação propostas pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

“Observamos que as áreas selecionadas para o estudo são, em sua maioria, caracterizadas pela diversidade de formações florestais existentes nesta região, com taxas de desmatamento entre alta a moderada, que podem ser ampliadas caso medidas preventivas de conservação do território não sejam tomadas. São áreas que possuem alta diversidade biológica e são base de vida de povos indígenas e comunidades locais não-indígenas localizadas em terras indígenas e unidades de conservação, por



exemplo. As estratégias de mitigação de impactos sugeridas envolvem conservação, restauração e uso sustentável do território e seus recursos naturais, além da mitigação de impactos diretos e indiretos da rodovia”, afirma Durigan.

RECOMENDAÇÕES

Por fim, a nota técnica apresenta seis recomendações gerais com o objetivo de contribuir para os debates sobre estratégias de conservação e formas de intervenção territorial que devem ser tomadas na área de influência da BR-319. “Além de auxiliar na mitigação de impactos, essas ações podem conter o desmatamento que avança na zona de influência da rodovia e também oferecer uma perspectiva adicional para outras organizações que se debruçam sobre a busca de soluções das questões relacionadas à BR-319”, diz Carlos Durigan.



Foto: Wilmar Lage / Greenpeace



Foto: Marcos Amend/WCS Brasil

As recomendações incluem o fortalecimento das ações de fiscalização das áreas protegidas incluídas por sua vez no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para desacelerar o avanço do desmatamento e para cumprir as metas da agenda de emergência climática a longo prazo; fomentar o estabelecimento de acordos voluntários de uso da terra e encorajar a conservação da natureza regional a partir do manejo de recursos naturais que incluam a construção de mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); encorajar mecanismos de compensação ambiental nas áreas de intervenção prioritizadas, em coordenação com outras intervenções públicas e privadas; fomentar acordos ambientais multilaterais (MEAs) entre governos, indústria, comunidades e/ou ONGs e contribuir para o fortalecimento de acordos de cooperação entre órgãos governamentais, com o objetivo de promover atividades de conservação alinhadas à estratégia de mitigação proposta; promover ações de conservação em áreas públicas relacionadas ao manejo sustentável de recursos hídricos para mitigar a pressão derivada do desmatamento, da mineração e da pesca comercial não regulamentada; e capacitar atores locais para o estabelecimento de atividades produtivas, agrícolas e extrativistas de baixo impacto ambiental e para o fortalecimento de iniciativas com ênfase em sociobioeconomia.

» Confira a publicação completa



Texto de autoria da agência Up Comunicação Inteligente.



Interior em Foco

Governança socioambiental para o fortalecimento do protagonismo de povos tradicionais e indígenas em Tapauá, no sul do Amazonas

Em Tapauá, extrativistas e indígenas estão desenvolvendo ações de governança socioambiental para o fortalecimento de organizações comunitárias em seus territórios.

Entre elas estão a articulação da participação da sociedade civil em conselhos da gestão pública e a promoção de cadeias de valor, com a capacitação e a comercialização de produtos da floresta. Desde abril de 2022, 16 comunidades nas Terras Indígenas (TIs) Apurinã do Igarapé São João e Apurinã do Igarapé Tauamirim; em uma Unidade de Conservação (UC), a Floresta Estadual (FES) Tapauá; e no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Primavera, já foram alcançadas pelas ações.

As iniciativas têm acontecido por meio do projeto Governança Socioambiental Tapauá, do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam). “Todo mundo ganha com a governança socioambiental no município devido aos benefícios sociais que ela promove”, explica o atual coordenador do



Foto: Jonas Gonçalves

projeto, Thiago Franco. A coordenadora regional da Federação das Organização e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), Sandra Batista do Amaral, diz que o projeto trouxe uma nova visão de sustentabilidade e desencadeou o interesse da população

na proteção de seus territórios. “Esta iniciativa trouxe incentivo e um novo conceito de como trabalhar a proteção de territórios em Tapauá”, avaliou.

Entre as principais atividades do projeto, destacam-se o fortalecimento da cadeia produtiva do óleo de copaíba na Aldeia Trevo, localizada na FES Tapauá, com o curso de boas práticas oferecido a Associação da União das Comunidades Indígenas do Trevo de Tapauá (Aucitt); e o apoio à regularização administrativa, jurídica e contábil de organizações que representam comunidades e atividades desenvolvidas por elas. “Temos avançado nestes processos como da Associação Agroextrativista dos Moradores da Floresta Estadual Tapauá (Aamfet) e da Associação das Mulheres Indígenas Artesãs de Tapauá (Amiata). Além disso, todas as organizações são apoiadas para melhoria de seus processos internos de gestão”, completou o coordenador atual do projeto.

O projeto Governança Socioambiental Tapauá conta com recursos da *Rainforest Association* e com a parceria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM) por meio do Acordo de Cooperação Técnica N.º 003/2023.

Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



Monitoramento de Focos de Calor

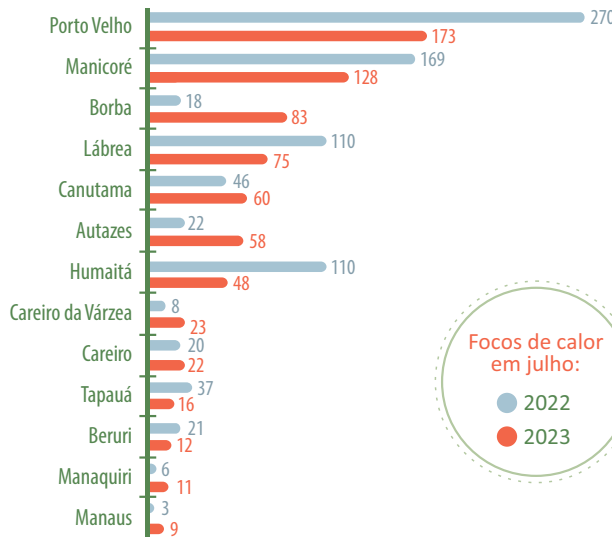
Em julho de 2023 houve aumento no número de focos de calor na Amazônia Legal (2%) e no estado do Amazonas (36%), e redução no estado de Rondônia (17%) e nos 13 municípios sob influência da BR-319 (15%) em comparação com o mesmo mês de 2022.

MUNICÍPIOS DA BR-319

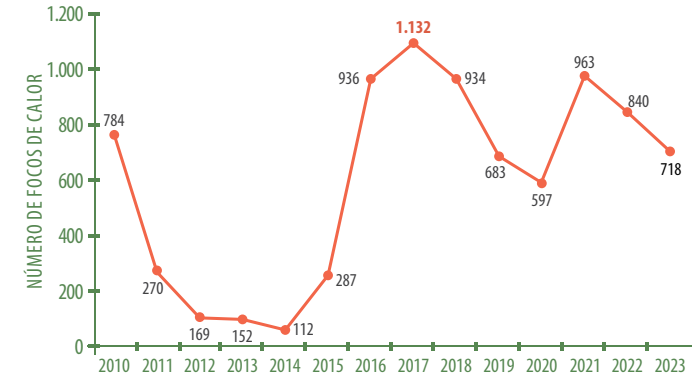
Os 13 municípios da área de influência da BR-319 registraram focos de calor em julho de 2023. Em comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve aumento de focos calor em Autazes, Borba, Canutama, Carreiro, Carreiro da Várzea, Manaquiri e Manaus. Destaque para Borba que saltou de 18, em 2022, para 83, em 2023, um crescimento de 65 focos de calor. Nos municípios de Beruri, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Porto Velho e Tapauá houve redução em relação a julho de 2022. Destaque para Porto Velho, que reduziu de 270, em 2022, para 173, em 2023, um decréscimo de 97 focos de calor. Nos municípios de Autazes, Borba, Carreiro da Várzea e Manaus os valores foram os maiores para o mês de julho na série histórica monitorada (2010 a 2023). Porto Velho, apesar da redução, ficou na 7ª posição entre os municípios com mais focos de calor no mês na Amazônia Legal.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE JULHO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A JULHO DE 2022

↑
AUMENTOU

- Borba (361%)
- Manaus (200%)
- Careiro da Várzea (188%)
- Autazes (164%)
- Manaquiri (83%)
- Canutama (30%)
- Careiro (10%)

↓
DIMINUIU

- Tapauá (57%)
- Humaitá (56%)
- Beruri (43%)
- Porto Velho (36%)
- Lábrea (32%)
- Manicoré (24%)

✓
FOCOS DE CALOR ZERO EM JULHO/2023

- Nenhum município.



ÁREAS PROTEGIDAS

Entre as Unidades de Conservação (UCs), 17, das 42 monitoradas, apresentaram focos de calor no mês, um percentual de 40%. A Floresta Nacional (Flona) do Aripuanã registrou 25 focos de calor, o maior valor dentre as UCs monitoradas. Nas Terras Indígenas (TIs), 14, das 69 monitoradas apresentaram focos de calor no mês, um percentual de 20%. A TI Tenharim Marmelos (Gleba B) registrou 14 focos de calor, o maior valor dentre as TIs monitoradas. Somadas, as UCs Federais tiveram 87 focos de calor e as TIs, 65, sendo os maiores valores para o mês de julho na série histórica monitorada (2010 a 2023).

20%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

40%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS

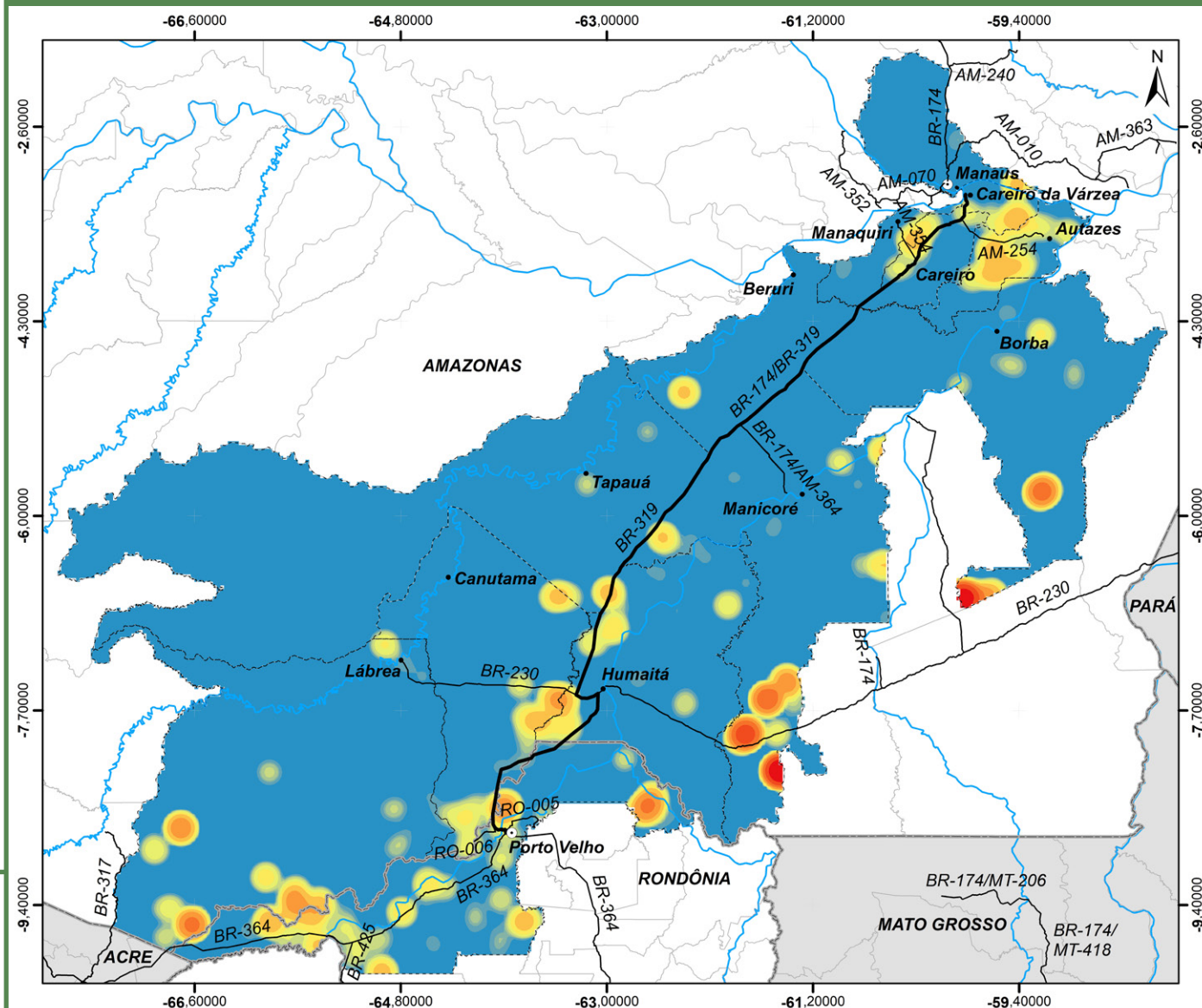


LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Julho 2023



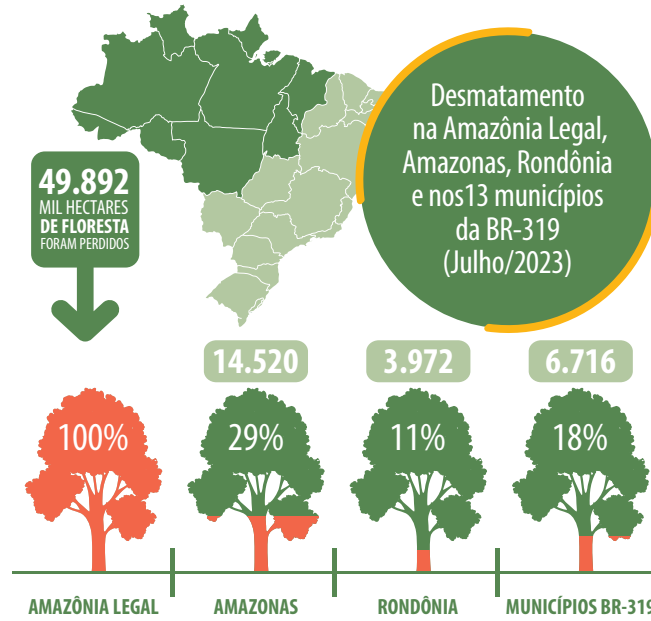


Monitoramento de Desmatamento

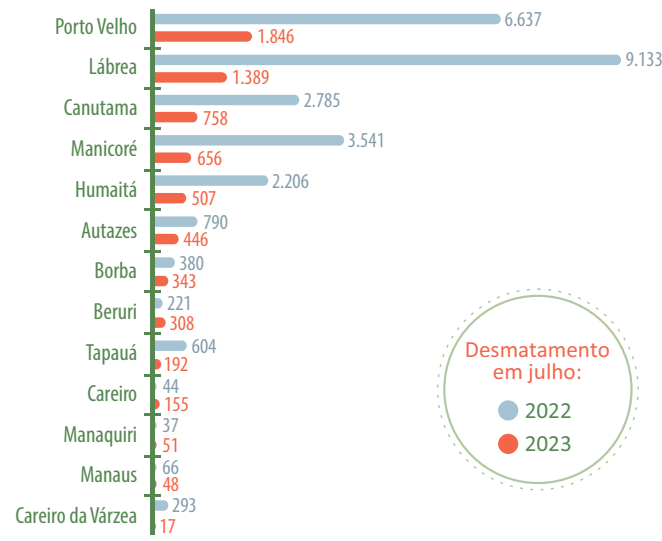
Em julho de 2023, houve redução no desmatamento na Amazônia Legal (71%), nos estados do Amazonas (70%) e de Rondônia (80%) e nos 13 municípios sob influência da BR-319 (75%) em comparação ao mesmo mês de 2022. Os valores são os menores para o mês de julho desde 2014 em todas as áreas. Mas, apesar da redução, o Amazonas registrou a maior taxa de desmatamento para o mês entre os estados da Amazônia Legal.

MUNICÍPIOS DA BR-319

Os 13 municípios na área de influência da BR-319 registraram desmatamento em julho de 2023. Em comparação ao mesmo mês do ano anterior, houve aumento em Beruri, Careiro e Manaquiri. No caso dos dois primeiros, os valores foram os maiores para o mês desde 2010. Destaque para o Careiro, que registrou o maior aumento, de 44ha em 2022 para 155 ha em 2023, um crescimento de 111ha. Em Autazes, Borba, Canutama, Carreiro da Várzea, Humaitá, Lábrea, Manaus, Manicoré, Porto Velho e Tapauá houve redução no desmatamento em relação a julho de 2022. Destaque para Lábrea, que reduziu de 9.133 ha em 2022 para 1.389 ha em 2023, um decréscimo de 7.744 ha. Apesar da redução, Porto Velho e Lábrea ficaram entre os 10 municípios com a maior taxa de desmatamento na Amazônia Legal, em 2º e 5º lugar, respectivamente.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A JULHO DE 2022

- AUMENTOU**
 - Careiro (253%)
 - Beruri (40%)
 - Manaquiri (38%)
- DIMINUIU**
 - Careiro da Várzea (94%)
 - Lábrea (85%)
 - Manicoré (81%)
 - Humaitá (77%)
 - Canutama (73%)
 - Porto Velho (72%)
 - Tapauá (68%)
 - Autazes (44%)
 - Manaus (28%)
 - Borba (10%)
- DESMATAMENTO ZERO EM JULHO/2023**
 - Nenhum município.

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE JULHO (2010 A 2023)





ÁREAS PROTEGIDAS

Nas UCs, 18, das 42 monitoradas, apresentaram desmatamento no mês, um percentual de 43%. A Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná registrou 242ha de desmatamento, o maior valor dentre as UCs monitoradas. Além disso, ficou na 5ª posição entre as UCs que mais desmataram em julho na Amazônia Legal. Nas TIs, 21, das 69 monitoradas, apresentaram desmatamento no mês, um percentual de 30%. A TI Sepoti registrou 93ha, o maior valor dentre as TIs monitoradas. As TIs Sepoti, Tenharim Marmelos (Gleba B) e Deni ficaram entre as 10 com a maior taxa de desmatamento na Amazônia Legal, em 4º, 7º e 8º lugar, respectivamente.

30% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

43% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

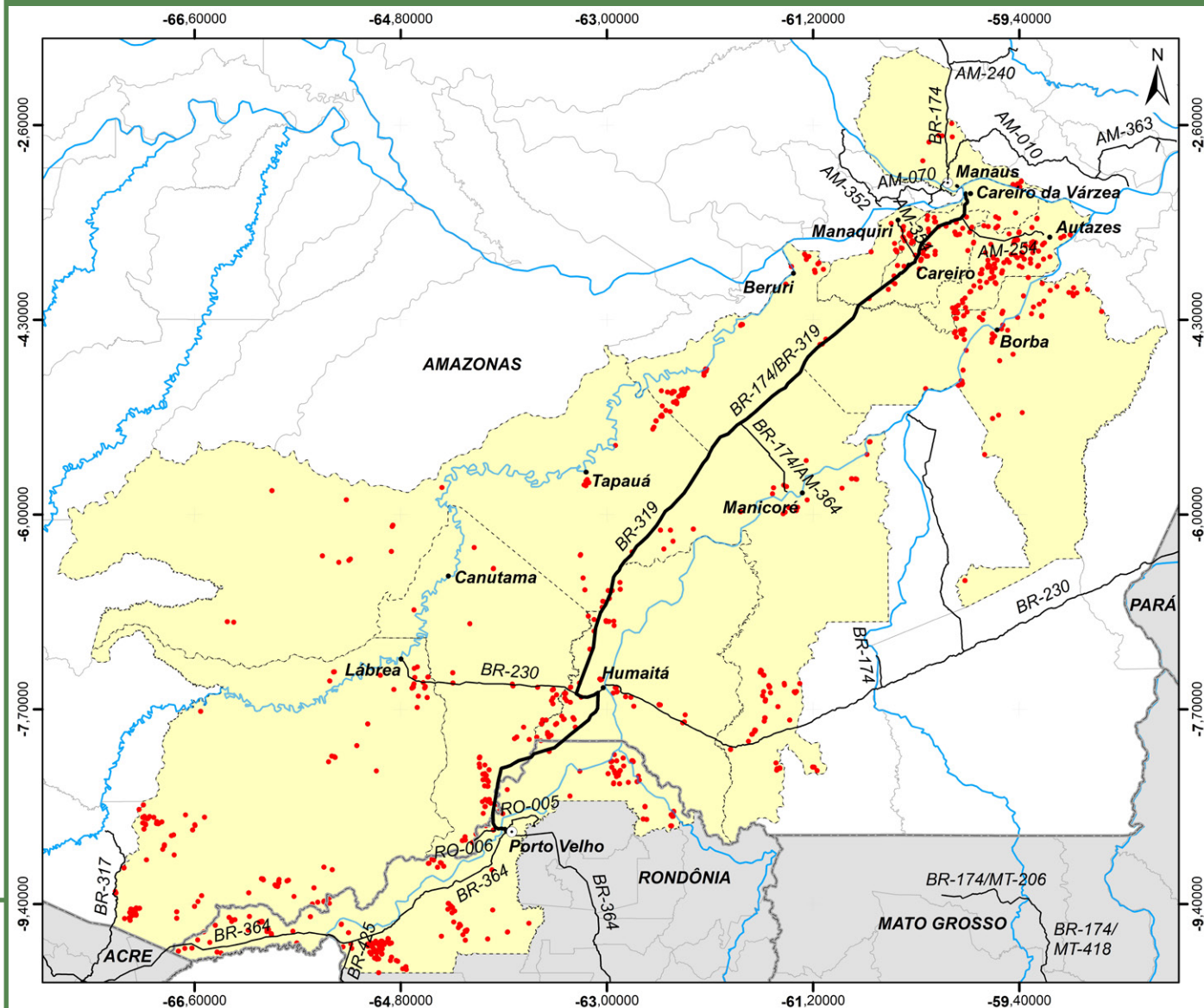
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Julho 2023





Diálogos da BR-319

Povo Apurinã de Tapauá (AM) valida protocolo de consulta

O povo Apurinã das Terras Indígenas (TIs) Apurinã do Igarapé São João e Apurinã do Igarapé Tawamirim, em Tapauá, no sul do Amazonas, validou, entre os dias de 30 de maio a 1º de junho, o protocolo de consulta sobre seus territórios.

A ação, que aconteceu na Aldeia Santo Augustinho, na TI Apurinã do Igarapé São João, contou a participação de moradores dos territórios, lideranças e organizações da sociedade civil.

Na ocasião, os indígenas discutiram o significado da consulta livre, prévia, informada e de boa fé, e debateram a possibilidade de consulta sobre as obras de repavimentação da rodovia BR-319. Moradores da TI Igarapé São João já sentem os impactos do empreendimento com a construção da AM-366, ramal que deve ligar a sede do município de Tapauá à BR-319 e que tem gerado cada vez mais pressões no território, com desmatamento, invasões e assoreamento de mananciais.

Caciques e lideranças afirmaram que o protocolo de con-



sulta é uma ferramenta de defesa não só no caso de grandes empreendimentos, mas, também, para proteger os indígenas de tudo o que venha a afetar o modo de vida e a organização social dos povos ancestrais, além de contribuir para a proteção dos territórios.

Para o cacique da Aldeia Santo Augustinho, Augustinho Apurinã, o protocolo vem como uma forma de fortalecer os



Apurinã contra as pressões em suas terras. “Se a gente não trabalha em cima disso, o branco pisa na gente. O governo precisa nos ouvir sobre qualquer empreendimento”, afirmou.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), presente no evento, garantiu apoio aos Apurinã. “É muito importante que a Coiab esteja presente nesses momentos de discussão com outros parentes que passam por essas ameaças no entorno de seus territórios”, comentou a coordenadora secretária, Marciely Tupari.

A validação do protocolo de consulta Apurinã de Tapauá foi organizada pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e contou com a participação da Coiab, do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) e da Associação das Mulheres Indígenas Artesãs de Tapauá (Amiata). Indígenas do povo Paumari também estiveram presentes na atividade.

Texto produzido pela jornalista do IEB Luana Luizy em colaboração com o Assessor de Campo Programa Povos Indígenas, Carlos Souza.



Ciência

FGV lança coletânea de publicações sobre riscos e impactos socioambientais provocados por rodovias na Amazônia

Atualmente, a instalação de projetos de infraestrutura na região amazônica falha em prevenir impactos socioambientais negativos, especialmente em se tratando de rodovias.

Dentre os problemas frequentes estão a falta de participação efetiva da população afetada na tomada de decisões, a insuficiência dos estudos e a falta de medidas efetivas para a prevenção e resolução de conflitos socioambientais.

Pensando nisso, o Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV - CeDHE) desenvolveu a “Caixa de Ferramentas: Rodovias na Amazônia”, uma coletânea de publicações que consolida um conjunto de metodologias voltadas ao desenvolvimento e à implementação de uma abordagem preventiva de riscos e impactos socioambientais em rodovias, sobretudo na Amazônia.

A coletânea, começa pelo Livro 0, uma publicação introdutória que explica o embasamento da Caixa de Ferramentas, que é com-



posta por outros três livros: o Livro 1- Critérios para consulta livre, prévia e informada; o Livro 2- Matriz de riscos socioambientais; e o Livro 3- Sistema de monitoramento em direitos socioambien-

tais. A primeira ferramenta pretende incentivar a participação dos povos indígenas e tradicionais, sobretudo durante o planejamento de obras de infraestrutura. A segunda busca garantir a identificação e o tratamento dos riscos e impactos socioambientais, apresentando uma matriz base para rodovias na Amazônia. A terceira permite o acompanhamento dos impactos socioambientais de uma rodovia, apresentando uma metodologia para estabelecer o monitoramento e o engajamento da população.

O FGV CeDHE iniciou suas atividades em 2013 como um centro de pesquisa aplicada da FGV Direito SP e tem como missão realizar pesquisas que influenciem políticas públicas e práticas empresariais, buscando garantir a proteção dos direitos das populações impactadas pelos negócios. Atualmente, o Centro desenvolve pesquisas em quatro áreas temáticas: risco e impactos de obras e empreendimentos em comunidades locais; cadeias de valor e a promoção da transparência e do trabalho decente; desastres socioambientais; direitos humanos e meio ambiente.



Minuto BR



Entenda



A BR-319 não entrou no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no dia 11/08. A notícia foi **destaque no G1 Rondônia** que explicou que o Governo Federal tem disposição de tocar a obras na rodovia, mas a Casa Civil busca alternativas para destravar a reestruturação da via, com garantias de proteção ao meio ambiente.



Fake News



É **falsa a informação** de que a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Marina Silva, impediu a inclusão da BR-319 no novo PAC. O programa é de responsabilidade do Ministério das Cidades, comandado pelo ministro Jader Barbalho Filho, e não cabe à ministra de Meio Ambiente o ofício de emitir licenças ambientais.



Foto: Aereo / Hiesam

Recursos



O ministro dos Transportes, Renan Filho, **afirmou em coletiva** no dia 16/08, que o governo considera a possibilidade de usar o Fundo Amazônia para dar viabilidade ambiental às obras da BR-319. Segundo ele, será criado um grupo de trabalho que vai avaliar a sustentabilidade da obra e o uso de tecnologias de baixo impacto. “Vamos apresentar um modelo inovador que é fazer uma concessão daquela rodovia para ter uma gestão privada com a parada de todos os veículos que vão entrar nessa rodovia porque ela é uma rodovia de baixo fluxo”, declarou.

Pontes



As **obras da ponte sobre Rio Curuçá** começaram dez meses depois da queda da estrutura que deixou cinco pessoas mortas, em setembro de 2022. De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a chegada do verão amazônico e diminuição das chuvas, colaborou com o início das obras, que estão na fase de fundação com a execução de cravação das camisas metálicas, onde será executada a montagem das armaduras, para depois colocarem as estacas de fundação. A obra da ponte será toda executada em peças pré-moldadas, sendo os pilares em concreto e terá fabricação local. O Dnit informou que os projetos e obras da ponte Autaz Mirim já estão contratados e a empresa já está mobilizada com canteiro de obras no local.



Foto: Ruthiere Bindaf/Rede Amazônia



Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Thiago Marinho (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // // Luana Luizy (IEB), Fernanda Meirelles, Larissa Mahall Marinho e Thiago Franco (Idesam);
Marina Salviati e Carlos Durigan (WCS Brasil)

Coordenação de Divulgação // Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**
the global coalition against corruption



GREENPEACE

